



LUZ, CÂMERA, AÇÃO

É natural que exijamos a perfeição. De nós mesmos e de todos ao nosso redor. Em todos os lugares, segmentos, serviços dos quais precisemos queremos ser bem tratados, bem recebidos, queremos o melhor. Ver os Princípios do Direito Penal e Constitucional serem respeitados, o Princípio da duração razoável do processo ser obedecido por exemplo. Queremos do outro um comportamento perfeito. Quando precisamos da prestação do serviço, ela tem que ser perfeita, embora sejamos todos humanos e conseqüentemente seja impossível que nos habite a perfeição.

A figura do perfeito, em quem não há defeito, que só tem qualidades boas nasce em nosso íntimo com a concepção da ideia do herói. Nossos pais são, via de regra nossos primeiros heróis. Os heróis da Disney, Marvel, Hanna Barbera, vão aos poucos se apagando dos nossos corações, sonhos, ideais de perfeição. Precisamos por toda a existência de um espelho. Feliz daquele que pode ter esta referência nos pais. Mesmo que por algum motivo não mais os tenhamos como referência, precisamos ocupar esta lacuna. Quando isto acontece, quando não temos mais este ponto é preciso substituí-los. Às vezes um líder espiritual, um grande amor, alguém que seja um exemplo na vida e na carreira que pretendemos seguir, a massa sempre precisará de um herói. Aqui habita o inferno!!

Vários candidatos a heróis surgem a todo momento. Alguns, com todo respeito, acabam tendo alguma "sorte" quando morrem prematuramente. Todo mundo parece melhor depois que morre. Há exemplos recentes registrados na nossa incipiente República.

O ponto que trago ao debate é: todos os candidatos a heróis teriam legitimidade ou permissão para isto? Os agentes públicos podem se candidatar a herói? Existiriam situações em que lhes fosse permitido se comportar, se apresentar ou se permitir apresentar como tal?

Herói é o termo atribuído ao ser humano que executa ações excepcionais com coragem e bravura, com o intuito de solucionar situações críticas, tendo como base princípios morais e éticos. Aquele que é admirado por qualquer motivo, constituindo o centro das atenções. O herói é perfeito, não erra, não fraqueja, não pode ser estimulado por convicções pessoais, deixar-se apresentar como tábua de salvação, nem pode ter como objetivo uma cadeira. Não estou dizendo que algum agente público tenha este comportamento. Mas que cadeira?

Pensemos no perigo que haveria na existência de um sujeito com estes poderes. Ele influenciaria diretamente nossas decisões e posicionamentos; com ele nos aconselharíamos e dele faríamos o exemplo a ser seguido por nossos filhos. Mas, nunca esqueçamos que ele, antes de tudo seria um homem como qualquer um de nós, conseqüentemente não poderia ser herói, pois que, nele não habitaria a perfeição. Algum de nós age sem um estímulo, uma motivação, um objetivo devido? Por qual razão o "herói" o faria?

Soaria estranho a atuação de alguns agentes públicos na busca de "soluções" para os problemas do país. Passando para todo o corpo social a errônea ideia de que as instituições funcionam (ou pelo menos poderiam) todas da maneira que se deseja e que se interpreta ser a perfeita. Que a justiça funciona a jato. Que o Princípio da duração razoável do processo é regra. E ele é exceção, infelizmente. É isto que se espera da justiça? Que motivação haveria no comportamento de algum agente público que assim agisse? A cadeira?

Que justiça pode estar sendo feita quando chegamos a marca de 100 milhões de processos distribuídos entre 200 milhões de habitantes, sendo que, de cada grupo de 100 processos, apenas 28,6 sejam julgados ao ano? Onde cada magistrado de 1º grau tenha em média 6.521 processos para prestar contas e os de segundo 3.305 processos? (Dados do CNJ, 15/09/2015).

Existiria realmente um interesse institucional em estruturar e dar verdadeira credibilidade a justiça ou haveria por trás de alguns comportamentos um objetivo particular? Apenas pergunto. Não é esta a justiça esperada pela população a não ser que o seu processo não esteja entre aqueles 200 milhões. Estaria aonde então? Esta justiça aparente e estranhamente seletiva não vai nos levar a lugar algum. Alimentar concepções de heróis que surgiram do dia para a noite na mídia não vai contribuir em nada para a evolução do nosso direito.

A escolha por certas funções públicas obriga mais ainda ao anonimato, a discrição, ao silêncio. É natural que se deseje a cadeira. Mas no anonimato, com discrição e com silêncio. Mas que cadeira? Natural mesmo é que o agente público cumpra seu papel, respeitando a Constituição e os Códigos. Não precisamos de heróis, de super-homens, eles não existem. Precisamos de homens que façam valer a pena acreditar que podemos construir um caminho para encontrarmos juntos (não só) a direção correta. Imagine se cada agente público ao cumprir com aquilo que nada mais é que sua obrigação, o fizesse ao comando LUZ, CÂMERA, AÇÃO !!